

Cautelosos, os partidos de oposição moderam as críticas

por Severino Góes
de Brasília

A maior preocupação dos partidos de oposição na votação da Emenda Dante de Oliveira, principalmente do PMDB, que detém a bancada majoritária entre as oposições, era evitar um processo de esfacelamento que pudesse comprometer o futuro da agremiação. Incerto das forças que conseguiria arregimentar dentro do PDS para aprovar as diretas já, o maior partido de oposição usou de cautela durante todo o dia de ontem.

Precisando de 77 adesões para aprovar a emenda do parlamentar mato-grossense, mas ao final do dia contabilizando pouco mais de 60 votos assegurados de pedessistas — principalmente de dissidentes agregados no movimento pró-diretas —, as oposições cercaram-se de cautelas desde o início dos trabalhos de ontem do Congresso Nacional. A começar pelo tom moderado das críticas dirigidas às medidas de emergência decretadas pelo governo sobre Brasília e dez municípios goianos.

A maioria das críticas dos parlamentares oposicionistas concentrou-se nas ações no executor das medidas, general Newton Cruz, principalmente pela sua ação na noite de terça-

feira, ao deter dois parlamentares da oposição em frente ao Ministério do Exército. A tática da oposição era não exacerbar nas críticas contra a pessoa do presidente Figueiredo para não assustar os pedessistas ainda indecisos, mas que poderiam significar votos certos no correr das negociações.

Um boletim da liderança do PMDB, distribuído a todos os parlamentares do partido, recomendava que os deputados e senadores não eceitassem, em plenário, "nenhuma provocação que possa dar motivo à suspensão ou ao encerramento da sessão". Além disso, pedia aos oradores que se revezavam na tribuna "tratamento especial àqueles deputados do PDS que estão comprometidos com a Emenda Dante de Oliveira". Foi o que aconteceu, por exemplo, quando o deputado Wilmir Pallis (PDS-RJ) ganhou um aparte durante uma intervenção do deputado Márcio Santilli (PMDB-SP), para manifestar seu voto pró-diretas já.

A preocupação demonstrada pelo PMDB, principalmente, de não sair "rachado" da votação de ontem, no caso da derrota da emenda, também ficou evidenciada num manifesto que correu por toda a bancada desde o início da ses-

são. Nesse abaixo-assinado, deputados estaduais, federais, senadores e prefeitos presentes à votação manifestam seu apoio irrestrito ao discurso pronunciado anteontem pelo deputado Ulysses Guimarães, presidente do PMDB, estabelecendo condições para um diálogo com o governo. "Se o resultado for negativo", dizia o pemedebista gaúcho Hermes Zanetti, "temos de prosseguir nas lutas pelas diretas já."

Esse abaixo-assinado foi articulado por um grupo de parlamentares da ala esquerda do PMDB. E se opõe, evidentemente, à tese das alas do partido que querem ver o governador de Minas Gerais, Tancredo Neves, como o interlocutor das oposições com o Palácio do Planalto.

No encontro dos governadores do PMDB, realizado na noite de terça-feira, havia uma tendência muito forte para delegar ao governador mineiro a função de negociador das oposições. Os governadores, entretanto, segundo relata o repórter Márcio Chaer, cederam pelo menos para efeito público às argumentações do deputado Ulysses Guimarães, que lembrou na ocasião que as manifestações populares estão a exigir diretas já.

Ontem, em contato com os parlamentares oposicionistas, Tancredo Neves procurava tranquilizá-los quanto ao risco de uma insurreição popular no caso de rejeição, pelo Congresso Nacional, da Emenda Dante de Oliveira. "O povo tem maturidade suficiente para reagir politicamente a este episódio. Vamos absorver tudo dentro da lei e da ordem", disse o governador mineiro aos seus companheiros de partido.

Já o governador do Espírito Santo, Gerson Camata, parecia conformado quanto a uma possível rejeição da Emenda Dante de Oliveira. Para ele, as diretas "não são tudo". E arrematava: "Meu estado, como os demais, não pode viver de lirismo. Nossa grande luta, no momento, é por uma reforma tributária".